

Governo paulista terá que fazer um acerto de contas

SÃO PAULO — O Governo paulista precisa fazer um grande acerto interno de contas para se enquadrar no espírito de austeridade fiscal preconizado pelo plano do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Principal atingido pelas medidas, com débitos da ordem de US\$ 13,6 bilhões reclamados pela União, o Estado acumula empréstimos em atraso junto ao Banespa que chegam à metade do valor cobrado pelo Governo federal.

— Se alguma lei obrigasse o Governo paulista a pagar o que deve ao próprio banco que controla, teria de sacrificar seis meses de sua arrecadação — disse um deputado estadual que acompanha o caso. O cálculo foi feito com base no orçamento estadual de 1992 (US\$ 13 bilhões), ano-base dos últimos números oficiais pu-

blicados pelo Banespa.

O banco declarou, em seu balanço de 1992, que dos US\$ 8,2 bilhões de ativos realizáveis de longo prazo (empréstimos a receber), 84% se concentraram em operações de crédito com o Governo paulista. Em meados do ano passado, a Fazenda estadual encabeçava o ranking dos devedores do setor público, com operações de US\$ 2 bilhões em aberto com o Banespa. A seguir, vinham a Sabesp, com US\$ 1,2 bilhão; e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), com US\$ 800 milhões.

Como essa inadimplência aparece na forma de ativo realizável de longo prazo, o Banespa conseguiu fechar um lucro contábil de US\$ 156 milhões em 1992, recorrendo ao seu capital de giro para pagar os dividendos aos acionistas. O secretário estadual da Fazenda, Eduardo Maia, co-

municou ontem, por intermédio de sua assessoria, que não abre os dados “porque o governador não quer demonstrar que está fazendo guerra de números pela imprensa”.

— Os governadores têm sacrificado os bancos estaduais para eleger seus sucessores — critica Elias Mounir, diretor do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo.

Entre julho e dezembro de 1990, por exemplo, o então governador Orestes Quércia levantou US\$ 1,2 bilhão junto ao Banespa, na forma de antecipações de receitas orçamentárias, para acelerar obras e reajustar os salários do funcionalismo. Só quitou US\$ 400 milhões. E a participação do Governo nas operações em aberto da Nossa Caixa (antiga Caixa Econômica) já saltou de 8% para 27% em 92, segundo sindicalistas.